

•

Quinta Reunião do Comitê de Direção Executiva

4 e 5 de dezembro de 2003 Santiago, República do Chile

ATA DA REUNIÃO

- 1. Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2003, foi realizada a Quinta Reunião do Comitê de Direção Executiva (CDE), na cidade de Santiago, República do Chile, com o objetivo de analisar as metas atingidas pela Iniciativa em matéria de Eixos de Integração e Desenvolvimento e Processos Setoriais de Integração, os quais foram enquadrados em um contexto caracterizado pela liderança dos países na tomada de decisões técnico-estratégicas, como parte de um processo de busca de consensos e definição participativa de prioridades e ações com base no capital técnico acumulado na IIRSA. A lista das delegações participantes e observadores é apresentada como Anexo 1.
- 2. A abertura da reunião esteve a cargo do Sr. Ricardo Lagos, Presidente da República do Chile, da Sra. Alicia Bárcena, Secretária Executiva Adjunta da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), do Presidente do Comitê de Direção Executiva da IIRSA, Sr. Javier Etcheberry, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações da República do Chile, e dos Srs. Enrique García, Presidente da Corporação Andina de Fomento (CAF), Paulo Paiva, Vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e Alfonso Kreidler Guillaux, Presidente da Diretoria Executiva do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), em representação do Comitê de Coordenação Técnica (CCT). O Sr. Sergio Galilea Ocón, Diretor Nacional de Estradas de Rodagem da República do Chile, na qualidade de Diretor Executivo da Organização da Quinta Reunião do Comitê de Direção Executiva, presidiu os debates, sendo Vice-presidentes os representantes da República Bolivariana da Venezuela, Sra. Yamil Musso, Planejadora Chefe da Direção Geral de Relações Internacionais do Ministério da Infra-estrutura, e da República do Peru, o Sr. Elmer Schialer, Ministro Conselheiro/Secretaria Técnica IIRSA-Peru.
- 3. A sessão de trabalho técnico foi iniciada com a aprovação da agenda remetida na convocação, Anexo 2.
- 4. A seguir, foi iniciada uma rodada de apresentações das delegações dos países, com base nos pontos oportunamente indicados pela Presidência do CDE: (i) aspectos da Visão Estratégica; (ii) análise da carteira e agrupamentos de projetos; e (iii) Processos Setoriais de Integração. A esse respeito, cabe destacar os seguintes aspectos e propostas das mencionadas apresentações:

- 4.1. Foi considerado relevante e foi respaldado o aporte realizado pela Ferramenta para a Formulação de uma Visão Estratégica para América do Sul 2020, a qual foi incorporada como marco de referência no âmbito tanto dos Eixos de Integração e Desenvolvimento quanto dos Processos Setoriais de Integração, com especial ênfase como instrumento que contribui para o ordenamento territorial e espacial dos investimentos setoriais, levando-se em conta o desenvolvimento das regiões interiores dos países mediante internacionalização de suas conexões. Nesse sentido, foi salientada a necessidade de gerar um espaço para propiciar uma análise mais profunda e debate pormenorizado desta Ferramenta por parte dos governos, a fim de avançar no consenso de um documento que reflita uma Visão Estratégica compartilhada entre os países membros da IIRSA. Além disso, foi acordado convocar, para este exercício de reflexão, representantes de outros setores, como a academia e o empresariado, que possam realizar aportes relevantes neste
- 4.2. Foi destacada a importância da aplicação da metodologia de planejamento indicativa nas reuniões dos GTE dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, sob um esquema de trabalho participativo dos países, onde foi propiciado o agrupamento da carteira de projetos, a fim de ordená-la e identificar aqueles grupos de maior viabilidade e maior contribuição para o desenvolvimento sustentável com uma visão regional integradora das visões nacionais. Como exemplo, foi indicado que, como resultado do processo de planejamento indicativo, a manifestação da Bolívia no tocante a sua vontade de desenvolver o projeto Oruro-Pisiga resultou que o Chile promovesse a realização seqüencial do trecho Huara-Colchane, como parte do respectivo agrupamento. Deu-se ênfase na necessidade de aprofundar este processo com o objetivo de concentrar as ações a curto e médio prazo para viabilizar os projetos estratégicos e de alto impacto, em um marco de apoio ao desenvolvimento sustentável, tanto em matéria econômica quanto ambiental e social. Nesse sentido, foi manifestada a relevância de se reunir todas as especificações que as delegações dos países tenham a respeito deles e foi mencionada especialmente a priorização daqueles projetos nos quais foram estabelecidos acordos entre países, bem como a análise em futuras reuniões dos GTE, a respeito de comentários ou observações complementares dos países sobre os atuais agrupamentos.
- 4.3. Foi indicado como imprescindível o fato de se avançar na superação de barreiras burocráticas e institucionais que afetam a integração sul-americana, tanto ou mais que as restrições em infra-estrutura, mediante a coordenação interinstitucional e a convergência normativa e reguladora. Além disso, foram destacados os aspectos referentes ao transporte de carga e de passageiros, regulamentações sanitárias aduaneiras e trâmites de migração como aportes nos quais os países devem fazer maiores esforços. Foi indicado que a simplificação dos trâmites, a introdução de tecnologias informáticas da informação e um controle de fronteiras compatíveis com a integração, devem ser objeto de análise preferencial por parte dos Grupos Técnicos Executivos (GTE) correspondentes.
- 4.4. Foram destacados, dos Relatórios Nacionais apresentados pelas delegações, os avanços realizados e programados que fortalecem as atuais ações que a IIRSA tem projetado nos trabalhos em nível dos Eixos de Integração e

- Desenvolvimento, incluindo a execução e avaliação de projetos específicos da carteira da Iniciativa. Quanto aos Processos Setoriais de Integração, destacou-se a manifestação da vontade política dos países de aprofundar a convergência normativa e reguladora pertinente.
- 4.5. Foi considerado relevante o fato de implementar, o mais rápido possível, mecanismos inovadores de financiamento destinados a superar as restrições na capacidade de despesas com investimentos por parte dos governos para o desenvolvimento de obras de infra-estrutura e captação de investimentos. Neste sentido:
 - a) Foi destacado o consenso entre os países sobre a necessidade de que as instituições do CCT, bem como outras agências e bancos de desenvolvimento, como o BNDES, participem ativamente da implementação destes mecanismos.
 - b) Foram reafirmados os auspícios do Presidente da República do Chile, Sr. Ricardo Lagos, durante a sessão inaugural, no tocante ao exame da possibilidade de se obter uma janela multilateral e que os projetos de integração tenham um tratamento diferenciado em matéria de financiamento e, como conseqüência, conceber os projetos que se desenvolvam em diferentes países —mas que são um componente de um Eixo- como um projeto único, do ponto de vista de seu financiamento e, portanto, os investimentos realizados pelos países sejam avaliados como fundos de contrapartida.
 - c) Foram recebidas com interesse as propostas das delegações do Peru e Uruguai direcionadas à criação de uma Autoridade Sul-americana de Infraestrutura (ASI) e/ou um Fundo de Infra-estrutura da América do Sul (FISA) como agência fiduciária. Os detalhes sobre a decisão adotada pelo CDE são descritos no ponto 5.6.
 - d) Foi considerado útil promover encontros que permitam examinar experiências extra-regionais, especialmente os fundos estruturais da União Européia.
- 4.6. Deu-se especial ênfase às Parcerias Público-Privadas, como um dos mecanismos atualmente importantes para o desenvolvimento de infra-estrutura na região, acolhendo as experiências favoráveis dos países que as tiverem posto em prática. Foi destacada a importância de se reforçar esta temática, considerando os requisitos legais, regulamentares e reguladores, e definindo como âmbitos de ação os investimentos nos campos de transporte, energia e telecomunicações.
- 4.7. Foi mencionada a relevância de se levar em conta o caráter especial de todos os países sul-americanos sem costa marítima, destacando seu papel estratégico como espaços de interconexão da infra-estrutura regional. Foi considerado prioritário realizar esforços recíprocos para favorecer ações de livre tráfego e outras formas de agilização dos trâmites comerciais, aduaneiros e sanitários, que possam traduzir-se em facilidades efetivas para a solução do problema de custos excessivos de transporte para a exportação e importação de bens, solicitando uma consideração diferenciada por parte dos organismos financeiros para seus respectivos projetos de integração, a fim de que se transformem em elos de conexão para a região.

- 4.8. Foi manifestado o interesse de se aprofundar o tratamento dos seguintes assuntos: (i) incentivar programas e projetos de baixo custo que favoreçam a simplificação de exportações e o intercâmbio comercial entre os países via remessas postais; (ii) promover ações que favoreçam a equidade e a integração no campo da comunicação social, como por exemplo, o programa de alfabetização digital via TV impulsionado pela República Federativa do Brasil; e (iii) introduzir a relevância da dimensão, não apenas comercial, mas também social, das interconexões telefônicas e a integração em matéria de telecomunicações na América do Sul.
- 4.9. Foi destacada a necessidade de se avaliar mecanismos de apoio técnico e financeiro que facilitem a participação ativa do Suriname na sua interação e integração física no contexto sul-americano, prestando especial atenção a como será abordada a facilitação fronteiriça entre esse país e Guiana.
- 4.10. Foi ressaltada a necessidade de fortalecer o conceito de multimodalidade em matéria de transporte, dando especial ênfase aos subsetores fluvial e ferroviário.
- 4.11. Foi afirmado que a integração da infra-estrutura regional ultrapassa os temas especificamente econômicos, considerando relevante as particularidades das identidades culturais das diferentes regiões que compõem o continente sul-americano, pelo qual destaca-se a necessidade de constituir um mecanismo não excludente e participativo que abranja os diferentes setores representativos da comunidade sul-americana.
- 4.12. Foi considerada necessária a troca atualizada e permanente de informação em matéria de infra-estrutura na América do Sul, referente a projetos, desenhos, experiências em parcerias público-privadas, regulamentações e leis.
- 4.13. Foi indicado que a Hidrovia Paraguai-Paraná deve ser priorizada na IIRSA, dada sua importância estratégica, convocando o respectivo GTE o mais breve possível.
- 4.14. Tomou-se nota de que a delegação da República Oriental do Uruguai enfatizou a importância de se incluir o projeto da Ponte Colonia-Buenos Aires, no segundo agrupamento de projetos do Eixo MERCOSUL-Chile (Grupo 2: Porto Alegre-Colonia).
- 4.15. Foi aceita a proposta da delegação da República Bolivariana da Venezuela para que o Eixo Orinoco-Apure fique compreendido nos Eixos da IIRSA, como parte da conexão Orinoco-Amazonas-Prata, e os Eixos Andino e do Amazonas.
- 4.16. Foi reafirmada a importância de se fortalecer os mecanismos de articulação no seio interno dos governos a fim de garantir um alto grau de coordenação interministerial e coesão em torno das atividades da Iniciativa.
- 4.17. Foi reiterada a necessidade do acordo nacional formal para as definições sobre Eixos, projetos e denominações que forem constituídos em documentos oficiais da IIRSA.
- 4.18. Foi distribuído, por parte da delegação do Brasil, entre as demais delegações, um esboço do protocolo de intenções sobre a temática de roaming internacional para sua consideração futura.
- 4.19. Foi recebido o plano de trabalho e o programa de reuniões apresentado pela delegação do Peru, que será impulsionado durante sua presidência do CDE, a partir de 1 de janeiro de 2004.

- 5. As delegações participantes apresentaram uma série de propostas e projetos de decisão que são mencionados a seguir; as mesmas que, após serem analisadas pelas delegações participantes, mereceram os seguintes acordos:
 - 5.1. A delegação da Argentina reiterou a proposta apresentada durante a IV Reunião do CDE, sobre incluir a Argentina e o Chile em um Eixo Andino do Sul, levando-se em consideração, entre outros aspectos, o processo de integração e complementação de mineração, a constituição de circuitos turísticos integrados e os trabalhos conjuntos empreendidos no marco bilateral. Tal proposta recebeu a aprovação do CDE, pelo qual o Eixo Andino do Sul será adicionado ao conjunto de Eixos de Integração e Desenvolvimento da Iniciativa IIRSA.
 - 5.2. As delegações do Brasil, Chile e Peru propuseram realizar um encontro sobre experiências de planejamento estratégico e participativo como atividade IIRSA e sob a organização da CEPAL (ILPES). Esta proposta recebeu a aprovação por parte do CDE.
 - 5.3. A delegação do Chile propôs a extensão pelo prazo de um ano calendário da presidência do Comitê de Direção Executiva, bem como a realização de, no mínimo, uma reunião ordinária do CDE durante esse período. O CDE acolheu favoravelmente esta proposta e, portanto, foi reafirmado que a República do Peru exercerá a presidência do Comitê de Direção Executiva da IIRSA entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2004, enquanto que a República do Paraguai cumprirá tal função durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2005.
 - 5.4. A delegação do Chile também propôs solicitar ao CCT, em coordenação com a Presidência, a formulação de um mecanismo de apoio para o desenvolvimento de atividades de cooperação horizontal entre os países membros da IIRSA, que permita o intercâmbio de experiências, capacitação, análise e estudo das melhoras práticas nos assuntos relacionados com a Iniciativa. O CDE recebeu com entusiasmo a proposta e deu sua aprovação.
 - 5.5. A delegação do Paraguai propôs solicitar a instauração de um Fundo de Préinvestimento para a análise de projetos em cada agrupamento. O CDE deu sua aprovação à proposta, a qual deverá ser instrumentada mediante os mecanismos institucionais pertinentes.
 - 5.6. A delegação do Peru propôs incorporar aos trabalhos da IIRSA, sobre mecanismos financeiros inovadores, a proposta de criação de uma Autoridade Sul-americana de Infra-estrutura (ASI). Reconhecendo a organização dos diferentes governos dos estados sul-americanos, foi proposto que os Ministros do CDE convidem as autoridades efetivamente responsáveis, de acordo com o caso em cada país (tais como os Vice-ministros de Fazenda, de Finanças, de Planejamento e outros envolvidos), para que se reúnam com o objetivo de analisar a proposta concreta de implementação da ASI. O CDE concordou em aprovar tal proposta, para o qual a presidência peruana deste Comitê, que será exercida a partir de janeiro de 2004, em coordenação com as instituições do CCT, convocará essa reunião em Lima durante o primeiro trimestre desse ano. Em apoio à participação dos funcionários responsáveis designados pelos respectivos governos, os Ministros concordaram em solicitar ao CCT a

- disponibilidade de um perito legal e um perito em administração a fim de ser coadjuvantes nos trabalhos preparatórios da ASI.
- 5.7. A delegação do Peru também propôs a alteração dos nomes de alguns dos Eixos de Integração e Desenvolvimento propostos pelo CCT, dos quais participa. São eles: (i) Eixo do Amazonas em vez de Eixo Central do Amazonas; (ii) Eixo Peru-Brasil-Bolívia em vez de Eixo Amazônico do Sul; e (iii) Eixo Interoceânico do Sul em vez de Eixo Interoceânico Central. Após examinar esta proposta e outras que surgiram ao longo da reunião, o CDE decidiu os nomes atribuídos aos 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento da Iniciativa: (i) Eixo Andino; (ii) Eixo Andino do Sul; (iii) Eixo do Amazonas; (iv) Eixo de Capricórnio; (v) Eixo do Escudo Guianense; (vi) Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná; (vii) Eixo Interoceânico Central; (viii) Eixo MERCOSUL-Chile; (ix) Eixo Peru-Brasil-Bolívia; e (x) Eixo do Sul.
- 5.8. A delegação do Uruguai propôs, em matéria de segurança portuária: (i) incluir esta temática no Processo Setorial de Transporte Marítimo; (ii) solicitar ao CCT para que apóie as ações dos países quanto ao desenvolvimento dos Códigos de Segurança ISPS da OMI; e (iii) solicitar aos organismos multilaterais de crédito o apoio financeiro dos países na etapa de formulação, estudo e contratação. O CDE aprovou esta proposta, levando em conta a relevância que o tópico em questão tem, a respeito das condições de competitividade da região.
- 5.9. O CDE concordou em incorporar, como decisão do Comitê, a proposta do Presidente da República do Chile, Sr. Ricardo Lagos, referente ao exame da possibilidade de se obter, por parte dos organismos pertinentes, uma janela multilateral e que os projetos de integração tenham um tratamento diferenciado em matéria de financiamento, conforme indicado no ponto 4.5.b anterior.
- 6. Por outro lado, o CCT apresentou ao CDE duas recomendações relacionadas com os trabalhos da IIRSA em matéria de Processos Setoriais de Integração. A esse respeito, concluiu-se o seguinte:
 - 6.1. O CDE manifestou seu consentimento com os resultados atingidos nos Grupos Técnicos Executivos sobre Facilitação de Passagens de Fronteira e Tecnologias da Informação e das Comunicações (TIC), e solicitou às instituições que integram o Comitê de Coordenação Técnica (CCT) que procurem a mobilização dos recursos para o inicio dos esquemas e planos de trabalho correspondentes.
 - 6.2. Tendo tomado nota do Plano de Trabalho elaborado para continuar as tarefas no âmbito do Processo Setorial sobre Marcos Normativos de Mercados Energéticos Regionais, o CDE decidiu solicitar a convocação de uma nova reunião do respectivo GTE, a fim de que as delegações apresentem suas eventuais observações sobre a última versão do Plano de Trabalho e formular, nessa ocasião, o texto definitivo do mesmo para seu início.
- 7. Levando-se em consideração o grau de maturidade e exposição da IIRSA, em nível nacional, regional e internacional, o CCT realizou uma apresentação sobre uma proposta de Estratégia de Participação, Consulta e Difusão para a Iniciativa, que teria como objetivo informar amplamente as atividades em execução, abrir mecanismos para canalizar perguntas e comentários do público e dos atores institucionais relevantes

sobre a Iniciativa, facilitar contatos entre os governos e o setor privado para propiciar investimentos concretos nos projetos e transpor obstáculos normativos, bem como desenvolver associações estratégicas para o avanço da Iniciativa (organismos internacionais especializados, bancos nacionais de desenvolvimento, centros regionais ou nacionais de pensamento, etc.). A apresentação incluiu uma descrição mais pormenorizada de um de seus pilares básicos representado pela página web da IIRSA. Sobre este tema, o CDE manifestou sua aprovação para avançar no desenvolvimento e implantação da estratégia apresentada, como também na divulgação pública da nova versão da página web da Iniciativa apresentada perante o Comitê nesta reunião, uma vez que seja incorporada a totalidade dos conteúdos disponíveis.

8. As delegações expressaram seu agradecimento à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) pela hospitalidade oferecida aos membros do CDE, ao CCT pelo trabalho realizado em apoio à Iniciativa, como também ao governo da República do Chile, em particular ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações pela organização e as gentilezas oferecidas, e se parabenizaram pelo desenvolvimento e resultados da Reunião, que contribuíram para a obtenção de resultados concretos da Iniciativa IIRSA.

Santiago, 5 de dezembro de 2003